



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **0006030-80.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
 Requerente: **Menley Batista Gonçalves- desacompanhado(a) de advogado.**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A - Representado(a) pelo preposto Sr. Marcelo Henrique Romano, RG. 18.424.440 - com sua Advogada Dra. ANELIZA DE CHICO MACHADO OAB/SP 200.969.**

Aos 08 de março de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-No prazo de trinta (30) dias úteis, o requerido declarará inexigível o débito de R\$-548,60 referente ao cartão de final nº 5474, bem como inibirá cobranças referentes ao contrato nº 00187199578000; 2-No prazo de quinze (15) dias úteis, o requerido pagará mediante depósito judicial, o valor de R\$-548,60; 3-O não cumprimento do acordado, implicará no prosseguimento da ação, além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida.** Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Efetuado o depósito, expeça-se mandado de levantamento em favor do autor. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Preposto:

Adv. Requeridos(s):

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA